



Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Hegemonia do Agronegócio e Representação Patronal: Kátia Abreu fusão de liderança política e corporativa?

Fellipe Silva Prado¹

Resumo:

A senadora Kátia Regina de Abreu é hoje uma das principais porta-vozes do agronegócio e do ruralismo brasileiro. Sua trajetória é marcada pela introdução na atividade pecuária, que se desdobrou na inserção na carreira sindical e política. Nascida em Goiânia - GO (1962), é formada em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás, e ingressa na pecuária após o falecimento de seu marido, Irajá Silvestre, em 1987. Diante do exposto, este estudo tem por objetivo compreender a significação social, política e histórica dessa porta-voz do patronato rural e do agronegócio no Brasil em nosso tempo, tendo como pressuposto que Kátia Abreu é uma representante da primeira cepa das classes e grupos sociais identificados com o atraso e com o pensamento conservador, mas fascinados com os novos padrões tecnológicos e de controle da globalização.

Palavras-chave: *agronegócio, representação patronal, Senado Federal.*

Abstract:

Senator Kátia Regina de Abreu is today one of the main spokesmen for Brazilian agribusiness and ruralism. Its trajectory is marked by the introduction in the livestock activity, which unfolded in the insertion in the union and political career. Born in Goiânia - GO (1962), she graduated in Psychology from the Catholic University of Goiás, and enters livestock after the death of her husband, Irajá Silvestre, in 1987. Given the above, this study

1 Doutorando do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ. E-mail: pradosfellipe@gmail.com.

Revista IDeAS, v. 10, n. 1-2, p. 88-116, 2016 [publicado em junho de 2018]

aims to understand the social meaning, political and historical spokesperson for rural patronage and agribusiness in Brazil in our time, assuming that Katia Abreu is a representative of the first strain of social classes and groups identified with backwardness and conservative thinking, but fascinated with new technological and globalization control standards.

Keywords: *agribusiness, rural employer representation, Federal Senate.*

1. Introdução

A senadora Kátia Regina de Abreu é hoje uma das principais porta-vozes do agronegócio e do ruralismo brasileiro. Sua trajetória é marcada pela introdução na atividade pecuária, que se desdobrou na inserção na carreira sindical e política. Nascida em Goiânia - GO (1962), é formada em psicologia pela Universidade Católica de Goiás, e ingressa na pecuária após o falecimento de seu marido, Irajá Silvestre, em 1987. A senadora, nessa ocasião, estava grávida da terceira filha, e mudou-se, então, com os dois filhos, para a fazenda, hoje no estado do Tocantins – TO.

O ingresso no movimento sindical ocorre em 1993, quando concorre ao cargo de presidente do Sindicato Rural de Gurupi, pela chapa denominada “União Ruralista”. Na época, os temas de campanha eram “o combate à febre aftosa, a promessa de auxílio técnico e contábil aos agricultores e pecuaristas, a inserção dos agricultores familiares nas atividades do sindicato e o melhor uso do parque de exposições”². Segundo relata, ela era contrária ao ingresso na estrutura sindical e, *a posteriori*, na política. Contudo, em 1995, candidata-se ao cargo de presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins – Faet, e conquista a presidência, à frente da federação goiana por quatro mandatos consecutivos (1995-2005).

² Vídeos de campanha disponível em 20/10/2016: <https://www.youtube.com/watch?v=XXI8fqGrVPI>.

Revista IDEAS, v. 10, n. 1-2, p. 88-116, 2016 [publicado em junho de 2018]

O ingresso na política se deu em 1998, quando concorreu ao cargo de deputada federal pelo extinto Partido da Frente Liberal - PFL, terminando a eleição como primeira suplente. Nos anos 2000 e 2002 chegou a assumir vaga na Câmara nessa condição. Ainda pelo PFL, concorre novamente a uma vaga na Câmara dos Deputados em 2002, e é eleita como a mais votada do estado do Tocantins (76.170 votos). Pode-se dizer que esse período foi fundamental na construção de apoio político e no papel de líder, assim como na visibilidade em seu estado³. Os poucos anos subsequentes revelaram a ascensão política de Kátia Abreu no cenário brasileiro, culminando na eleição ao cargo de senadora da República em 2006.

Ao fim do PLF, em 2007, a senadora filia-se ao Democratas - DEM, em 2008, sendo eleita presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, exercendo concomitantemente os dois cargos. Outra mudança de filiação partidária ocorreu em 2011, quando migra para o Partido Social Democrático - PSD, no qual permaneceu até o ano de 2013. Por fim, Katia Abreu filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, no qual permanece até o momento.

Em 2014, em meio ao terceiro triênio na presidência da CNA, a senadora deixou o cargo de licenciou-se do Senado para ocupar a posição de ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, no governo da presidente Dilma Rousseff. A senadora esteve à frente do ministério de 1º de janeiro de 2015 a 12 de maio de 2016⁴. Ao

3 A liderança se expressa na escolha de Kátia Abreu para presidir a “Bancada Ruralista” no Congresso Nacional, período com aproximadamente 180 integrantes.

4 Por 55 votos favoráveis a 22 contrários, o Senado Federal abre processo de impeachment contra a Presidente Dilma Rousseff. A partir dessa decisão, os ministros nomeados pela presidente são destituídos automaticamente da
Revista IDEAS, v. 10, n. 1-2, p. 88-116, 2016 [publicado em junho de 2018]

término do processo de impeachment da presidente, regressou ao cargo de senadora da República.

A simplificada trajetória política delineada nos ajuda a compreender a velocidade do processo de ascensão política da senadora, evidenciando que não se trata dos chamados “políticos de carreira”, já que ela deixa a presidência do Sindicato Rural de Gurupi para ocupar cargo federal. Precisamos reconhecer que ela é uma figura política de grande visibilidade midiática, não apenas por suas ações, mas também, por seus argumentos, sobretudo, quando se coloca incisivamente contrária às demandas e às reivindicações das populações tradicionais (quilombolas e povos indígenas principalmente), temas relacionados à preservação do meio ambiente, a nítida predileção ao uso dos agrotóxicos e insumos agrícolas, à questão agrária em geral, incluído regularização fundiária, ao trabalho escravo, dentre outros.

Diante do exposto, este estudo tem por objetivo compreender a significação social, política e histórica dessa porta-voz do patronato rural e do agronegócio no Brasil em nosso tempo, tendo como pressuposto que Kátia Abreu é uma representante da primeira cepa das classes e grupos sociais identificados com o atraso e com o pensamento conservador, mas fascinados com os novos padrões tecnológicos e de controle da globalização.

Como o título sugere, um dos questionamentos importantes a partir dos acontecimentos recentes no Brasil é se Kátia Abreu estaria exprimindo uma superposição de duas formas de liderança: a política e a corporativa. Assim, atenderia ao perfil que o tempo da hegemonia do agronegócio necessita: o papel de senadora/representante de classe e, ao mesmo tempo, de gestora dotada das lógicas empresariais. A

função.

Revista IDEAS, v. 10, n. 1-2, p. 88-116, 2016 [publicado em junho de 2018]

participação na grande política partidária se alimenta da trajetória corporativa e se complementa. Como veremos, família, identidade pecuarista e política fazem parte da construção de sua autoimagem pública.

Analisando o período da Nova República e o fim dos governos militares, Bruno, et. al. (2008), tem por suposto a renovação na representação patronal, nesse momento algumas questões revelavam tensões no interior da classe. Uma dessas questões que se levantaram durante a pesquisa era o que seria mais interessante ao patronato rural: uma representação política ou a profissionalização do processo de representação de interesses? Assim, durante as entrevistas, perceberam a estrutura conflituosa: “o debate sobre liderança classista *versus* liderança política; a primazia da entidade ou a primazia do indivíduo na construção da representação; olhar técnico ou político; cuidar de seu próprio negócio ou cuidar do interesse de todos; associação ou sindicato” (BRUNO, et. al. 2008:09).

Atualmente, em tempos de hegemonia do agronegócio, tais tensões são minimizadas, já que a própria organização do agronegócio tratou de reunir essas duas tipificações: lideranças políticas e corporativas. Nesse sentido, Abreu atende a esse “requisito marca do nosso tempo”, e é necessário se discutir de que forma a representação de interesses é construída por essa parlamentar.

Nossa principal fonte empírica são os pronunciamentos da senadora na Câmara e no Senado Federal. Priorizamos os discursos em plenária, seus rituais, apartes, e as regras do jogo político, por se tratar de um espaço ainda de pouca visibilidade, apesar da política de transparência de publicização das informações. Complementarmente, recorreremos à sua página virtual, à coluna de sua autoria na Folha de S.

Revista IDEAS, v. 10, n. 1-2, p. 88-116, 2016 [publicado em junho de 2018]

Paulo e a inúmeros artigos na grande imprensa. A título de organização, estudo está dividido em quatro partes, além desta: a primeira, voltada a observar a representação patronal; a segunda, aos múltiplos papéis sociais acionados pela senadora como forma de representação política; a terceira, foca as estratégias discursivas; e a última traz apontamentos à reflexão.

2. Representação patronal

Inicialmente, é necessário discorrer que representação de interesses do setor patronal faz parte de uma rede de relações e ocupações de espaço que configuram a *práxis* desses grupos. Bruno, et.al. (2008:08) afirmam que, em tempos do agronegócio nota-se:

o fato de cada vez mais a representação de interesses assumir um lugar estratégico juntos às lideranças patronais rurais e do agronegócio; a decisão por uma maior presença na grande política institucional e a tentativa de aglutinação de diferentes forças sociais e políticas em torno de alguns objetivos comuns.

Corroborando, Mendonça (2010) relata a gênese desses novos “sujeitos sociais e políticos”, que por sua vez aparecem com “uma diversificação nas demandas e reivindicações” (BRUNO, et.al. 2008:09).

As elites rurais recriam instrumentos de ação e ressignificam discursos nesse novo quadro institucional. Os anseios das classes dominantes são de perpetuar suas posições privilegiadas, assim é no patronato rural brasileiro, agem visando à garantia da manutenção das posições nas decisões políticas do país, principalmente as de interesse dos grupos e agremiações envolvidas. Partindo do exposto, a abordagem de representação adotada neste estudo não poderia reduzir-se; compreender a senadora Kátia Abreu como representante patronal do
Revista IDEAS, v. 10, n. 1-2, p. 88-116, 2016 [publicado em junho de 2018]

presente requer uma perspectiva similar à que foi adotada por Bruno, et.al. (2008) em seu trabalho. Ou seja:

Uma perspectiva que procura agregar diferentes dimensões e, tanto incorpora as entidades formais (associações, sindicatos, grupos de pressão, etc.) como os seus porta-vozes, as lideranças e “quadros” políticos e classistas. Representação também entendida como prática social e como construção de uma retórica de identidade e de legitimidade (BRUNO, *et. al.* 2008:9).

Especificamente nesta pesquisa, os autores identificaram o momento em que ocorre “um processo de renovação da representação patronal expresso pela ampliação e diversificação dos espaços formais de representação e pela construção de uma nova linguagem de legitimação e de novas práticas políticas” (BRUNO, et.al. 2008:08). Dessa forma, podemos entender:

Representação como espaço privilegiado de intensificação dos laços sociais que une reciprocamente as classes e grupos sociais; de reafirmação de valores, de construção projetos de vida, da defesa de interesses os mais variados, da identificação dos adversários e dos aliados e, ainda, da renovação e atualização de práticas sociais, culturais e políticas. (BRUNO, et.al, 2008:9).

Nessa perspectiva, Kátia Abreu simboliza a sobreposição da representação político-partidária e a “corporativa de classe”⁵: ela se apresentava, antes do licenciamento, concomitantemente, como presidente da CNA e senadora da República, pecuarista e deputada federal. Defende a necessidade crucial de organização da classe em partidos políticos e se declara a favor do fortalecimento das estruturas sindicais patronais maiores. Ao observarmos a senadora, podemos

5 Ao fim dos governos militares muito se discutiu sobre o que seria melhor opção de organização, momento marcado pela crise da representação patronal rural, reforçar a representação corporativa da classe ou investir na representação político partidária.

Revista IDEAS, v. 10, n. 1-2, p. 88-116, 2016 [publicado em junho de 2018]

entender não só um indivíduo em si, mas partes das formas de compreensão e percepção de mundo de um grupo.

A reflexão sobre representação é indissociável da busca por conhecermos que são e o que pensam as lideranças patronais rurais e agroindustriais, e da tentativa de resgatarmos as suas trajetórias de vida - social, profissional e política -, como eles concebem determinados processos sociais, como, por exemplo, a representação, os seus pares, a relação com o Estado, etc. (BRUNO, et.al. 2009:131).

Como parlamentar integrante da “Bancada Ruralista”⁶ a senadora procura se fazer presente tanto nos debates politicamente mais significativos como nas inúmeras comissões existentes no Congresso Nacional⁷, seja na condição de titular ou suplente, seja em comissões permanentes ou temporárias. Os dados apresentados por Bruno (2009: 17 a 36), quando discutiam as redes de sociabilidade da bancada em 2007, mostra-nos que “tais parlamentares também costumam atuar em outras áreas de interesse, não necessariamente restritas à agricultura ou questões afins” (p.17). Parafraseando a autora, alguns desses parlamentares ruralistas, na legislatura que compreendia o ano de 2007, eram os mesmos que estavam defendendo

6 A Bancada Ruralista ou Frente Parlamentar da Agropecuária foi constituída no governo de José Sarney (1985-1989), denominava-se “Frente Ampla Rural”, atualmente, dados apontam para um número de mais de 200 parlamentares na câmara, entretanto, Castilho (2012:114) fala da dificuldade na mensuração exata de integrantes, visto que entre os parlamentares existem indivíduos com as mesmas ações e práticas dos integrantes da bancada, contudo, não se auto-intitulam como membros.

7 Segundo o Inesc, presença efetiva de Kátia Abreu em muito contribuiu para a mobilização e o fortalecimento da bancada ruralista no período recente. “Por exemplo, senadores identificados com os interesses da agricultura e simpatizantes que até então não se colocavam a serviço do grupo, se constituíram como grupo e a elegeram como uma de suas principais portavozes” (INESC, 2007).

suas posições na Constituinte de 1988, observando a perpetuação dos mesmos indivíduos no Congresso Nacional por 19 anos.

A fabricação do líder demanda a presença e a participação em redes de sociabilidade amplas e diversificadas. São recursos de poder, de negociação e de troca de favores, assim, a senadora tem atuado. Mendonça (2010), dialogando com os trabalhos de Palmeira (1994), diz que os estudos sobre o tema em questão pouco exploram “o papel que as coalizões de interesse desempenham na obstaculização da efetividade de uma solução para a questão agrária/reforma agrária no país” (MENDONÇA, 2010:19). A título de elucidação, para os representantes do patronato rural, hoje, o tema da reforma agrária é inexistente, tratado como superado no Brasil. Especialmente, a senadora Katia Abreu nos desafia, por meio de suas práticas políticas recentes, a repensar de modo mais sistemático o significado real das alianças e coalizões de interesse.

Ainda de acordo com Mendonça (2010), a história do Brasil é marcada pela aliança do Estado com negócios privados, fato que gerou um processo de “coalização de interesses” e não uma aliança entre as classes. Essa mesma coalização tem fundamentação nos “interesses individualizados em torno dos negócios ligados à terra e envolvendo uma gama de beneficiários dos incentivos estatais” (p. 19).

Ao observamos Katia Abreu, podemos refletir acerca das múltiplas formas de representação coexistindo com estratégias ideológicas que se perpetuam historicamente e outras que são ressignificadas quando há interesse de parte do grupo. As perpetuações, em geral, são associadas à noção de conservadorismo/pensamento conservador como formas arcaicas de compreensão do mundo do que os cerca. Trabalhos como de Xavier (2015), Mendonça (2010), e Bruno

(1997, 2009, 2010) nos ajudam a refletir o que ideologicamente une esse grupo aparentemente diverso.

Desde a década de 1980, ideologicamente, as novas elites rurais fundamentam-se no moderno campo, materializado nos complexos e cadeias agroindustriais – CAI's. Hoje, ainda são afeitos ao discurso da inovação técnica e tecnológica, negociam, exibem as novas aquisições tecnológicas, se intitulam como o setor moderno e produtivo, único capaz de dar conta das necessidades da produção de alimentos e garantir a “segurança alimentar” (temas apropriados e ressignificados por essa elite).

A partir dessa forma de defesa, por inferência, nota-se que constroem ideologicamente ao grande público a ideia de que sem eles o Brasil viveria um estágio de insegurança alimentar. Em outras palavras, se ocorre a distribuição de alimentos pelo país é fruto da “benevolência” dos integrantes dessa elite rural. Evidentemente, um elemento é evocado de forma uníssona pelos representantes do patronato rural, incluindo a senadora Katia Abreu, o que Mendonça (2010) denomina de “defesa incontestada da propriedade fundiária”, possivelmente esse seja o elo mais forte que os une.

Mesmo diante de um discurso modernizador, Bruno, pensando a respeito das contradições internas do patronato rural, nos apresenta:

Falam a partir da realidade da modernização, sem abrir mão, contudo, dos privilégios patrimoniais e da violência; a reforma agrária é considerada uma bandeira arcaica e defasada ainda que os interesses da defesa do monopólio da terra e da perpetuação do latifúndio continuem os mesmos; são a favor da democracia, mas fazem uso da violência para neutralizar a reforma agrária e “varrer do mapa” a luta pela terra; procuram exorcizar da cena política os valores e a retórica coronelística, mas apesar de seus esforços, não conseguem esquecer o

preciosismo da linguagem nem a pompa de um passado sempre lembrado. (BRUNO, 1997:19).

Delineia-se, portanto, um arranjo que demarca claramente aliados e adversários, os que, porventura, se puserem a refletir, problematizar ou questionar tais argumentos e a ‘importância do agronegócio’ são opositores, “é ainda nesse argumento que os orienta na construção de novos inimigos, busca forjar novos aliados da ‘classe rural’ e impõe novas práticas políticas” (BRUNO, 1997:19). Essa mentalidade é que Bruno apresenta como constitutiva, dos novos “senhores da terra, do capital e da tecnologia”, é um conjunto de construções ideológicas e políticas que teve por base as cooperativas e as associações de produtores nos anos de 1980 e 1990, ainda se perpetuam.

Exclusivamente, ao observarmos a senadora Kátia Abreu, percebermos semelhanças profundas com seus “pares”. Entretanto, outras observações podem ser mais bem exploradas. Em primeiro lugar, ela nos permitiu notar a força e “vitalidade” do modelo de modernização da agricultura brasileiro implementado nos últimos cinquenta anos: as estratégias discursivas dela se inserem e expressam o perfil dessa política, uma modernização, seletiva e excludente, que busca sujeitar política e ideologicamente trabalhadores, agricultores familiares e pequenos proprietários para os seus propósitos.

Fomentam, incluindo a senadora, um nítido projeto concentrador de terra e de capital, voltado para a grande empresa e a grande propriedade fundiária, orientado pela implementação de pacotes tecnológicos. Assim, a ação condutora e os ideais expressos nos discursos consideram que todo produtor deve ampliar suas ações e adentrar ao mercado. Segundo a senadora: “todos teriam igualmente condições de

viver melhor e contribuiriam para a consolidação do Brasil como maior produtor de ‘alimentos’ do planeta”.

Em segundo lugar, vimos que toda e qualquer prática, discurso e meios de representação são por ela considerados recursos de poder igualmente importantes, se contribui para a manutenção do *status quo* e dos privilégios assentados na garantia da concentração, o monopólio fundiário e no lucro. A titularidade em determinadas comissões é perseguida por essa representante patronal, a senadora Kátia Abreu faz parte de três comissões como titular e duas como suplente⁸ atualmente.

Em terceiro lugar, é possível afirmar que a conjuntura histórica da qual a senadora faz parte reúne alguns traços identificadores de sua prática: a identidade produtor rural é orientada prioritariamente pelo discurso do agronegócio concebido como identidade política; ser grande como critério da modernidade; procurar ocupar todos os espaços possíveis; e valorizar a multirepresentação são características marcantes da prática política da senadora.

Além disso, acompanhando “o sinal dos tempos”, defende, quando considera necessário, a democracia, a ética, o Estado de direito e a transparência; vangloria-se de um Brasil que caminha para o progresso econômico e se insere como potência global na produção de alimentos e de *commodities*. Utiliza-se de um discurso ufanista de que a agricultura e a pecuária são responsáveis por sustentar economicamente o país, e ao mesmo tempo faz um discurso vitimado quando alega que não recebem o devido crédito e apoio financeiro governamental, mas apesar disso, alega que “conseguem produzir mais em menos terra”.

⁸ Titular nas seguintes comissões: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos, CEDN - Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional e CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura. Como suplente: CMCVM - Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher e CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Revista IDEAS, v. 10, n. 1-2, p. 88-116, 2016 [publicado em junho de 2018]

Em quarto lugar, destacamos a construção dos adversários. Kátia Abreu não se furta em posicionar-se caracterizando e adjetivando o que denomina de “inimigos do produtor rural”. No início de sua carreira política, o embate declarado era com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, caracterizando-os como invasores, desordeiros, violentos e influenciados por outros atores (entende-se os acadêmicos). Atualmente, os grupos populacionais que mais são acionados pela senadora como adversários são os indígenas e os povos tradicionais⁹, bem como toda e qualquer instituição ou pessoa que os apoiem.

3. Uma multiplicidade de papéis sociais

Um dos traços marcantes da prática política da senadora Kátia Abreu é o empenho em recorrer a uma diversidade de papéis sociais. Em primeiro lugar, mulher, mãe, viúva, avó. No campo da atividade produtiva, pecuarista e produtora rural. Do ponto de vista da política corporativa, se apresentava como presidente da CNA, desdobramento de uma trajetória patronal sindical, na instância da grande política como senadora da República e ministra do Mapa. Finalmente, Abreu, como parte da construção da liderança, se remete à sua identidade

9 Segundo Little (2002), existem duas dimensões principais associadas ao conceito de povos tradicionais: a dimensão empírica e a dimensão política, “são quase inseparáveis”. Podemos encontrar na mesma discussão do autor que a opção pela palavra “povos” embute o “direito dos povos”, instrumento de luta. Somada a palavra “tradicional”, ganha um significado ainda mais complexo, visto que estamos tratando de uma palavra de uso polissêmico e que pode ser associada “com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico”. Ainda de acordo com o autor: “o uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis” (2002:23) nos grupos analisados por ele.

tocantinense e fala constantemente nas redes sociais sobre sua religiosidade.

No papel de mulher, descreve-se como “mulher determinada que acredita no trabalho”; destaca seu papel de “primeira mulher” presidente de um sindicato rural no Brasil; primeira “mulher a sentar-se na cadeira de direção” e, posteriormente, presidente da CNA; primeira senadora eleita pelo estado do Tocantins; e, por fim, “primeira, até agora única, mulher Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”. Em sua avaliação, estaria “abrindo caminhos para as mulheres na política”, e inserindo “seu nome na história classista brasileira”. A concepção de gênero que ela reclama para si está fundada no pioneirismo ao ocupar locais predominantemente ocupados por homens.

Na condição de mãe, ela chama a atenção para sua viuvez repentina (1987) e para a responsabilidade pela criação dos filhos, pela gravidez e administração da fazenda. Nessa situação, mãe e provedora se confundem. Na conjuntura de discussão da ‘PEC do Trabalho Escravo’, ao se posicionar contrária a jornadas exaustivas, se remete à sua condição de mulher, mãe e avó para legitimar sua fala: “eu quero aqui deixar bastante claro que ninguém concorda com jornada exaustiva, que ninguém concorda com trabalho degradante, muito menos eu, que sou mulher, que sou mãe, que sou avó¹⁰”.

No campo da atividade produtiva, a senadora afirma-se como “pecuarista e produtora rural”; diz que sua inserção como pecuarista se deu com “dedicação e afincos à atividade agropecuária”. Indica, em biografia oficial, que busca incansavelmente a defesa do desenvolvimento da agricultura brasileira e da vida do produtor rural:

¹⁰ <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=400921>.

Revista IDEAS, v. 10, n. 1-2, p. 88-116, 2016 [publicado em junho de 2018]

“incansável na hora de defender a queda dos impostos, o desenvolvimento da agricultura brasileira e projetos que melhorem a vida do trabalhador rural”.

No Senado Federal, agrega a identidade de senadora e produtora rural: “nós somos responsáveis por um quarto de tudo que o Brasil produz”¹¹. Nas falas contrárias à demarcação de terras, questiona a plenária: “quem é que vai proteger os produtores rurais?”¹². Em 2008, afirmou categoricamente: “da porteira para dentro, deixe conosco, brasileiros do campo, homens e mulheres, porque sabemos como plantar, com tecnologia, com produtividade e custo barato”¹³.

Colocando-se contra as práticas do MST e ao que denomina “invasões”, ela recorre a identidade produtora rural diversas vezes: “Nós, produtores rurais, queremos contribuir, sim. A sociedade organizada está pronta para contribuir para formatarmos um plano democrático de combate as invasões”¹⁴. Nessa mesma fala, além de se apresentar como produtora rural, evoca o papel deles na inovação técnica: “nós conseguimos transformar essa agricultura na mais moderna e produtiva agricultura do planeta, porque nós conseguimos ser os melhores, nós conseguimos ser os maiores do mundo e ainda preservarmos 56% dos nossos biomas”¹⁵.

A senadora se apresenta como representante do agronegócio nos momentos em que considera necessário ressaltar que a agricultura é moderna e o sustentáculo da nação. Quando recorre a tais argumentos, aciona o poder das estatísticas e dos levantamentos de dados econômicos, legitimando o discurso:

11 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=399522>.

12 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=399522>.

13 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=374177>.

14 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=383969>.

15 <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=400921>.

Revista IDEAS, v. 10, n. 1-2, p. 88-116, 2016 [publicado em junho de 2018]

A responsabilidade de 24% do Produto Interno Bruto (PIB) e, além de abastecer o mercado interno, gerando 36% das exportações totais (US\$ 58,4 bilhões), a agropecuária nacional não é uma aventura marginal nem uma força reacionária no processo social brasileiro, tem um papel de vanguarda na economia. (ABREU, 2011:160).

Entretanto, em âmbito do discurso político explícito, Kátia Abreu tem se atentado ao descrever a importância e o papel do trabalhador rural, do pequeno proprietário de terra, dos pequenos e médios produtores. Evidentemente, os colocando na condição de “parceiros” dos maiores produtores de terra, ou seja, uma inclusão mercadológica dos demais produtores.

A perspectiva da política corporativa Kátia Abreu se apresenta como presidente da CNA, fruto de trajetória que tem por gênese o vínculo patronal sindical, quando ingressou no Sindicato dos Produtores Rurais de Gurupi – TO. Afirma: “presido a CNA e tenho responsabilidade com o país”¹⁶. Além disso, assume a plenária iniciando a fala como presidente da instituição, como liderança da classe, quando se trata de assuntos fundamentais aos produtores. A exemplo do argumento é: quando defende os demais pecuaristas contra a possível formação de “cartel” na produção e comercialização da carne.

Eu, como presidente da CNA, senadora da República, representante do Tocantins que tem um grande rebanho bovino brasileiro (não vou) permitir que uma única empresa, privilegiada pelo BNDES, faça uma campanha destrutiva contra a carne brasileira¹⁷.

A trajetória corporativa aparece, sobretudo, quando se trata de assuntos relacionados à logística agrícola, como a definição de ações,

16 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=402129>.

17 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=402091>.

Revista IDeAS, v. 10, n. 1-2, p. 88-116, 2016 [publicado em junho de 2018]

planos estratégicos, questões de condições de trabalho e políticas públicas como “Plano Safra”, dentre outras. Na grande política Kátia Abreu recorre ao cargo de “senadora eleita”, em relação a diferentes assuntos, em momentos que se propõe a fiscalizar, a “representar o país”: “apesar de representar um Estado do interior e do centro do país, sou, acima de tudo, uma senadora”¹⁸.

Ainda acionando o papel de senadora, traz ao discurso relações primárias já descritas: “eu, como mulher, como mãe, como avó, como senadora da República, repudio esse tipo de prática”¹⁹. Enfatiza um discurso de responsabilidade e obrigação que o cargo exige para com os eleitores das UF’s de origem:

com minha obrigação como senadora da República, não dando um presente, não fazendo favor, mas cumprindo nossa obrigação de devolver à população os impostos recolhidos por cada brasileiro que trabalha neste país, que compra neste país, que consome neste país. Nós temos, nós devemos devolver oportunidade para as pessoas²⁰.

Outro importante traço de sua cultura política está na vinculação constante à identidade tocaninense, e aciona a religiosidade. O primeiro traço pode ser visto em biografia, quando a senadora se descreve como “motivo de orgulho para seus conterrâneos”, e acrescenta o pioneirismo que exerce em âmbito estadual: “primeira na história do Tocantins” a ocupar os cargos de senadora, e ministra.

No senado também aciona o vínculo com o local de origem. Em primeiro lugar, se expressa na noção de representação de um grupo populacional. Em segundo, aparece no sentimento de posse dos políticos locais: “venho a tribuna, Sr. Presidente, para, mais uma vez, colocar ao

18 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=398011>.

19 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=408787>.

20 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/Detalhes.asp?d=406404>.

Revista IDEAS, v. 10, n. 1-2, p. 88-116, 2016 [publicado em junho de 2018]

Brasil e a esta Casa as nossas preocupações com os nossos prefeitos do Brasil e, especial e carinhosamente, com os meus prefeitos do estado do Tocantins²¹.

Quando a mídia se põe a retratar algo que julga inverdade, Kátia Abreu se pronuncia em defesa do Estado, mesmo quando o assunto não é estritamente voltado aos interesses patronais. Como exemplo, temos o seu posicionamento em plenária, criticando veementemente matéria do telejornal de maior visibilidade do país, que ressaltava a liberação de presos condenados por crimes hediondos. Na ocasião, descreve-se como envergonhada: “fora anunciado que, no estado de Tocantins, no meu estado de Tocantins, na cidade de Palmas, minha capital, nossa capital, foram libertados alguns prisioneiros”²².

Aspecto relevante também destacado por ela é o vínculo religioso cristão. Esse traço pode não ser facilmente compreendido por leitores dos seus pronunciamentos, mas aparece em muitas expressões como “graças a Deus”, “sabe-se lá Deus”. Nos momentos de encerramento de pronunciamentos, agradece ao “espírito santo” ou a “Deus”, principalmente quando está em na tribuna em discursos de autodefesa.

Rebatendo o veiculado na mídia mais uma vez, agora sobre a acusação de envolvimento na lista suja do trabalho escravo e da participação de seus familiares, rebate as denúncias, dizendo: “tenho uma coisa muito maior do que calúnia, que é Deus, e é Nele que eu confio e no Espírito Santo, que está ao meu lado todos os dias”²³. Em outra oportunidade declara: “sou cristã, sou temente a Deus, confio na justiça dos homens e confio ainda mais na justiça de Deus”²⁴. É a partir

21 <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=376464>.

22 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=372193>.

23 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=400921>.

24 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=408787>.

Revista IDeAS, v. 10, n. 1-2, p. 88-116, 2016 [publicado em junho de 2018]

dessa diversidade de papéis que ela agradece, denuncia, reivindica, encaminha, veta, critica, negocia, reforça alianças, nomina seus adversários políticos e de classe, etc.

Nesse acionamento dos papéis sociais a senadora deixa claro quem são considerados seus adversários e do patronato rural do Brasil recente: são todas e quaisquer pessoas, movimento social, organização e instituição que forem de encontro aos pleitos e interesses da classe. Nessa perspectiva, os adversários são as ONGs internacionais ligadas à defesa do meio ambiente, contra a exclusão e desigualdade social, as quais considera “os conservadores da era pós-moderna, portadores de uma visão de mundo autoritária”²⁵.

Na ausência de argumentos significativos, critica-os, afirmando que são grupos e “pessoas afeitas à narrativa de fracassos e de desastres que não percebem a capacidade de adaptação e de superação da sociedade e a marcha geral da civilização”²⁶.

Dentre seus adversários estão as populações tradicionais, quilombolas e povos indígenas, os que lutam pela terra, sobretudo quando constituídos em movimentos. São adversários, também, órgãos públicos como a Fundação Nacional do Índio – Funai, quando “recua” e se posiciona a favor dos povos indígenas; a Advocacia-Geral da União – AGU, ao “ceder à pressão” da Procuradoria da Funai; a Justiça Federal, quando nega liminares de ações de reintegração de posse aos fazendeiros e produtores rurais, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra e o Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, quando não se afinam com as propostas patronais.

25 <http://www.senado.gov.br/noticias/SenadoNaMidia/noticia.asp?n=560688&t=1>.

26 <http://www.senado.gov.br/noticias/SenadoNaMidia/noticia.asp?n=560688&t=1>.

Revista IDEAS, v. 10, n. 1-2, p. 88-116, 2016 [publicado em junho de 2018]

São igualmente adversários dos produtores rurais, a Comissão Pastoral da Terra - CPT, o Instituto Socio-Ambiental - ISA, o Conselho Indigenista Missionário - CIMI e os antropólogos quando, em laudos antropológicos, reconhecem a identidade e o direito à terra das populações tradicionais.

Por seus críticos, recebeu o adjetivo de “Miss Desmatamento” e “Rainha da Motosserra”. A ONG Greenpeace, em protesto organizado nas dependências do Congresso Nacional em 2009, usou os termos em faixas. A senadora Kátia Abreu acionou a justiça alegando danos morais, e perdeu a ação em 2013. Tal nomenclatura, de acordo com os desembargadores, faz parte de orientação política de “ambientalistas e ecologistas contrários”.

O posicionamento da senadora apoiando o melhoramento biogenético, a transgenia e a possibilidade de ser proprietária de terras²⁷ endossa a argumentação de seus críticos. Grupos ambientalistas acusam-na de desmatar áreas do Cerrado e da Amazônia (fronteiras agrícolas). Principalmente quando das discussões de revisão do Código Florestal foi acusada, por seus opositores críticos, de pressioná-los a manter uma postura a favor do agronegócio, dissociando as atividades de pecuária, agricultura e extrativismo ao desmatamento dos biomas brasileiros.

3.1. Estratégias discursivas

Um dos principais traços da estratégia discursiva de Kátia Abreu é procurar se apropriar dos argumentos de seus adversários para melhor combatê-los. Na tentativa de atacá-los, ela cita os seus autores, versa os seus versos, empunha suas palavras de ordem e denuncia suas

27 Dados apresentados pela candidata em 2014 ao TSE não apresentam declaração de propriedades rurais.

Revista IDeAS, v. 10, n. 1-2, p. 88-116, 2016 [publicado em junho de 2018]

denúncias. Assim fazendo, busca imprimir-lhes novas significações - amiúde desqualificadoras. Cita Antonio Gramsci em vez de Maquiavel, mas quase sempre adverte aos seus pares sobre a imperiosa necessidade de ficarem atentos aos “humores da cidade”. De Gramsci, costuma declarar que “a política é o lugar do consenso e não do enfrentamento”.

Ela também busca apropriar-se, a seu modo, da bandeira de luta, da terra e da democracia, procurando atribuir-lhes um novo perfil, em da democratização da propriedade, a defesa do monopólio e a concentração fundiária como símbolos da democracia. Nessa perspectiva, as lutas por terra e por direitos são concebidas como lutas contra a propriedade privada, o lucro e o livre-comércio, contra ao que entende por democracia. Além disso, brigar por terra é visto como “uma coisa mesquinha do tempo das cavernas”²⁸. Faz parte da estratégia discursiva da senadora Kátia Abreu, e de seus pares, utilizar-se de argumentos socialmente legitimados, que se encontram enraizados no imaginário social. Por exemplo, a ideia de um povo ordeiro habitando um país pacífico e a promessa de um Brasil moderno e desenvolvido.

Além disso, ela procura transformar em mérito próprio (e da classe), propostas de política pública. Nessa perspectiva, afirma que a pecuária brasileira foi construída, praticamente, apenas com o esforço dos pecuaristas do Brasil, sem dinheiro público, quando sabemos que a pecuária de corte historicamente foi um dos setores mais resistentes à modernização das práticas produtivas, apesar do empenho do Estado. A matriz de suas argumentações é regida pela lógica da exclusão, e expressa valores, normas e preceitos que informam e conformam uma relação estabelecidos e outsiders (ELIAS, 2000). Em seus

²⁸ <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=406230>.

pronunciamentos, quase sempre busca classificar os que prestam e os que não prestam; os bem-intencionados e os mal-intencionados; as pessoas de má-fé e os de boa-fé; os baderneiros e os ordeiros.

Em plenário, atenta aos rituais de reconhecimento, aos laços políticos e às redes de sociabilidade existentes, ela saúda todo e qualquer parlamentar, empresário, cientista, jornalista e jurista, empenhados no fortalecimento dos grupos socialmente dominantes e da classe patronal rural, seja qual for o assunto ou tema. Saúda também seus adversários políticos quando assomam à tribuna do Senado. Ética e transparência habitam o cotidiano dos debates no Congresso Nacional, e a senadora Kátia Abreu não foge à regra, em seus pronunciamentos, a defesa da ética é indissociável da defesa do agronegócio. No debate sobre produção de alimentos e preservação ambiental, a ética e a moral estariam associadas à necessidade de mais terra para a produção de alimentos pelos grandes proprietários e empresários:

Será que o Brasil tem condições éticas, morais, econômicas e financeiras de destinar apenas 25% do país inteiro para a produção de alimentos? O que vamos fazer com o emprego, O que vamos fazer com a exportação, e importar comida significa inflação e inflação é ruim para o trabalhador que ganha salário mínimo²⁹

Nos anos recentes, o plenário do Senado Federal transformou-se em palco privilegiado dos pronunciamentos da senadora sobre os povos indígenas, suas reivindicações e direitos. Ela discorre sobre a gravidade

29 Noutros momentos, ela interpela a necessidade de um comportamento ético quando, na condição de relatora da Comissão criada para reavaliar a Lei n.º 8.666, declara-se impressionada com os usos e deslizes que a lei de licitações que permite: “a malversação de recursos, a corrupção e o superfaturamento de obras”. Ou quando “exige” transparência no uso do dinheiro nas escolas públicas. <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=379557>.

Revista IDEAS, v. 10, n. 1-2, p. 88-116, 2016 [publicado em junho de 2018]

de um país dividido em virtude da incoerência de uma guerra étnica. “Somos um país pacífico, nunca tivemos guerras culturais ou étnicas e (agora) estamos criando um país dividido”, diz, ressaltando a ideia do homem cordial como representação da sociedade brasileira. A responsabilidade pela divisão seria obra de “meia dúzia de brasileiros mal-intencionados, perversos, eivados de ideologia”, cujo objetivo seria “criar essa segmentação, criar conflitos étnicos em um país deste tamanho, com 850 milhões de hectares para os brasileiros”³⁰.

Ao chamar a atenção para a existência dos conflitos sociais, ela faz questão de ressaltar que são imóveis e fazendas “invadidas”, e não ocupadas, pelos indígenas, em vários estados do país³¹. Ao reivindicar a elaboração de uma Medida Provisória proibindo a desapropriação de fazendas ocupadas pelos indígenas, recorre ao passado propondo que seja feita “com base no mesmo modelo realizado pelo governo FHC para os sem-terra”, ela explicita claramente que não lhe interessa a justiça e o mérito da questão:

Não discuto no projeto, Sr. Presidente, o mérito: se produtor rural tem razão; se índio tem razão. O projeto prevê o objetivo puro e simples de fazer aquilo que era dever do Estado, assim como foi feito no passado, com as invasões para desapropriação de reforma agrária³².

Quando está em jogo a desqualificação dos povos indígenas, a contraposição entre o moderno e o atraso é recorrentemente anunciada.

Não é possível que o Brasil, um país emergente, que já caminha para país desenvolvido, coisa de país da Idade Média, aonde se

30 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=406230>.

31 Em especial no Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Maranhão, Amazonas, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Bahia.

32 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=403106>.

Revista IDeAS, v. 10, n. 1-2, p. 88-116, 2016 [publicado em junho de 2018]

luta e briga-se com arco e flecha, com arma de fogo, por conta de um pedaço de chão³³.

Entremeando as críticas, ela recorre ao artifício de identificação com as populações tradicionais e subalternas e à lógica da convivência pacífica. Sobre o artifício da identificação, ela afirma: “o que os índios sofreram no passado, quando o Brasil foi descoberto, é o mesmo que nós estamos sofrendo hoje. As terras foram vendidas, os produtores rurais compraram as suas terras”³⁴.

Quanto à lógica da convivência pacífica, anuncia:

No meu Tocantins, onde temos dez etnias, nunca tivemos problema com os índios. Sempre convivemos pacificamente, nunca tivemos um problema de terra com os índios. Muita pobreza? Sim. Muita dificuldade? Sim. Situações de abandono, de gravidez na adolescência, mas nunca tivemos problemas de terra³⁵.

A fala patronal ressalta que as reivindicações das populações tradicionais geram “desassossego”, prejudicam e atropelam os interesses patronais rurais. “Eu não tenho nada contra o desejo dos índios (...). Isso é um direito legítimo, mas o sonho e o desejo de um não podem custar o sossego do outro”³⁶. E a senadora vai além, argumenta que o desejo dos índios e quilombolas por terra não pode custar o descumprimento da lei:

Nós optamos pela democracia, nós temos uma Constituição e nós optamos pelo Estado de direito (...). Valorizamos na Constituição, o seu art. 5º, como cláusula pétrea, o direito de propriedade. Portanto, se o governo entender que quer aumentar as terras dos índios, as terras dos quilombolas e as áreas de unidade de conservação, que obedeça a lei: compre e pague. (...). Agora expropriar, tomar a terra de alguém com o discurso frágil de que o Brasil inteiro era dos índios...³⁷.

33 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=403106>.

34 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=403106>.

35 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=403106>.

36 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=403106>.

37 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=403106>.

Revista IDeAS, v. 10, n. 1-2, p. 88-116, 2016 [publicado em junho de 2018]

A senadora então se remete à definição de terra indígena³⁸, ressaltando três aspectos: primeiro, quando a Constituição diz “tradicionalmente ocupam”, evidencia que o verbo está no presente e não no passado ou no futuro; segundo, a interpretação é de natureza política, e, terceiro, a noção de social hoje é injusta, porque só considera índios e quilombolas; deixa de lado os produtores rurais e os pequenos produtores. Afirma que “índios não são brasileiros diferenciados, santificados”.

Por fim, nos pronunciamentos sobre a problemática ambiental, Kátia Abreu costuma chamar a atenção para o que considera uma fala “eivada de casos de descumprimento de preceitos constitucionais”³⁹, sobretudo a demora da desapropriação das terras, vista como “distorção da lei”, num período no qual existem instrumentos legais tecnológicos como o georreferenciamento. Ela defende que enquanto a desapropriação não for efetivada, as terras são privadas e não públicas, e como tal devem ser tratadas.

Portanto, o possuidor de um documento de posse não pode ser retirado da terra, antes da decisão judicial. Recorre ao estado de direito. E conclui: “Esse país não tem estado do Direito porque não cumpre as normas constitucionais. A Constituição existe para ser cumprida ‘não é para ser avaliada ou interpretada’⁴⁰”. Ela, entretanto, omite o cumprimento da função social da terra instituído e referendado na

38 São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Art. 231 – Constituição de 1988. <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=403106>.

39 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=382585>.

40 <http://www.senado.leg.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=382585>.

Revista IDEAS, v. 10, n. 1-2, p. 88-116, 2016 [publicado em junho de 2018]

Constituição de 1988, e cotidianamente burlado como bem o afirma Guilherme Delgado em seus estudos.

4. Breves notas conclusivas

Em tempos de hegemonia do agronegócio, as formas de representação de interesses ganham “novos contornos”. Não bastam as atuais elites patronais apenas como líderes políticos, também se configuram como líderes corporativos. O discurso da ciência que legitima as ações desse grupo, seja na expansão das monoculturas, seja na intensificação no uso dos agrotóxicos, dentre outros, também são recursos utilizados por esses representantes na busca por ampliação dos espaços e garantias de posição.

Como vimos, a senadora Kátia Abreu reúne, igualmente, argumentos identificados com os critérios de uma legitimação racional-legal e as falas afeitas à tradição (Weber), e o faz com o intuito de garantir a manutenção dos “mesmos interesses de sempre”, sobretudo a concentração da propriedade da terra e o monopólio fundiário – uma das principais condições da reprodução social.

Para atender ao que o agronegócio tem hoje por premissa, ela lança mão de todos os recursos possíveis, como os múltiplos papéis sociais acionados para identificar os diversos grupos com suas falas e ações. Ocupa hoje uma vasta rede de sociabilidade: integra grupos católicos, reúne-se com um grupo de mulheres parlamentares, com integrantes do agronegócio, com pares no Senado, com uma gama de empresários e advogados, tanto do estado do Tocantins, quanto de todo o Brasil, fazendo questão de divulgar em todas as redes sociais.

Outro apontamento prévio é a necessidade real de análise das significações sociais, políticas e econômicas das atuais redes de relações e das novas coalizões de interesse que a senadora tem revelado no presente. Seguramente, não está sozinha na elaboração de seu projeto político e de classe, entretanto, também não afirmamos que estamos diante de uma líder patronal que centraliza afeições em torno de si mesma. Pelo contrário, Kátia Abreu possui um conjunto de adversários consideráveis dentro da própria classe (representantes patronais), revelando as tensões e heterogeneidades internas do grupo.

Resta-nos saber quem são seus intelectuais orgânicos, seus aliados, e quais são as proposições políticas “desenhadas” por ela e pelo grupo na lógica um projeto de nação. Destaca-se nessa argumentação a criação do Matopiba, projeto político que tem por base o avanço da fronteira agrícola em quatro estados brasileiros, usando da retórica da ampliação da “produção de alimentos de forma sustentável”. Tem com isso conseguido apoio não só de muitos parlamentares das UF’s envolvidas, mas também de elites locais, financeiras, e empresários de diversos ramos.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BURKE, P. **A fabricação do rei. A construção da imagem pública de Luis XIV**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

BRUNO, R. A. L. Movimento “Sou Agro”: marketing, *habitus* e estratégias de poder do agronegócio In: **Revista de Ciências Sociais na**

Revista IDEAS, v. 10, n. 1-2, p. 88-116, 2016 [publicado em junho de 2018]

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. – a.08, n. 14, Campo Grande, MS (p. 85), 2014.

_____. **Um Brasil ambivalente. Agronegócio, ruralismo e relações de poder.** 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X e Edur-UFRRJ, 2009. v. 1. 284p

_____ et. al. **Grupos de solidariedade, frentes parlamentares e pactos de unidade e ação: em pauta a representação patronal no campo.** 2008. (Relatório de pesquisa).

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MENDONÇA, S. R. de. A construção de uma nova hegemonia patronal rural: o caso da organização das cooperativas brasileiras. **Revista História Hoje** (São Paulo), São Paulo, v. 2, n.6, p. 1-16, 2005.

_____. **O patronato rural no Brasil recente.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** Brasília: Editora da UNB, 2009.

Endereços eletrônicos:

<http://senadoraKátiaabreu.com.br/biografia/>

<http://www.agricultura.gov.br/ministerio/a-ministra>

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/Kátiaabreu/>

<http://www.senado.leg.br/senadores/dinamico/paginst/senador1249a.asp>

Recebido maio de 2017.
Aceito em setembro de 2017.